

Estudo Técnico Preliminar 21/2025

1. Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Documento em preparação.]

Número do processo: 23072.210179/2025-20

2. Descrição da necessidade

Seguindo as orientações da RDC nº 222 - ANVISA, de 28 de março de 2018, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, assim como a Resolução do CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 e a Lei Nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, faz-se necessário a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde – RSS dos grupos A e E, resíduos industriais perigosos, e resíduos sólidos especiais gerados na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. A contratação inclui o fornecimento de no mínimo 110 recipientes de acondicionamento (sob comodato) devidamente identificados, para o recolhimento dos resíduos do Grupo I, a serem substituídos em cada coleta, pelo período de 60 (sessenta) meses.

O acúmulo de resíduos de serviço de saúde pertencentes aos grupos A (sub grupo A1, A2, A3, A4 e A5, resíduos com a possível presença de agentes biológicos), como carcaça de animais de experimento, animais de pequeno e grande porte infectados com doenças, materiais perfurantes como seringas, agulha, gases, bolsa de sangue, algodão, cateter, fio de sutura, luvas, máscaras, peça anatômica/membros (partes de animais, ou ser humano) produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares, grupo E (materiais perfurocortantes ou escarificantes), gerados durante as aulas ministradas nos laboratórios de ensino e pesquisa é de extrema periculosidade, podendo gerar a proliferação de doenças, e com isso, colocar em risco à saúde pública, como também resíduos Sólidos Industriais Perigosos (lâmpadas de vapor de sódio, de mercúrio, luz mista e de LED, e vidraria contaminada por produtos químicos. Assim, o serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde, como também resíduos Sólidos Industriais e resíduos sólidos especiais se trata de um serviço essencial que esta Instituição não pode dispor. Essa contratação visa minimizar os impactos sanitários e ambientais gerados pelos resíduos, mediante uma melhor identificação, segregação, tratamento e descarte dos mesmos contribuindo para a preservação da saúde pública e do meio ambiente, além do atendimento de Normas emanadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelo CONAMA, em obediência à Lei nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a RDC 222/2018 da ANVISA.

A UFMG consciente de sua responsabilidade ambiental e de sustentabilidade no correto gerenciamento dos resíduos gerados em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, necessita contratar o serviço por não ter meios para realizá-lo. A ausência de tratamento, e a disposição final inadequada dos resíduos podem resultar em graves danos ao meio ambiente, podendo gerar contaminação ambiental. A contratação pretendida está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG, que prevê a adequação e a efetiva institucionalização da gestão de resíduos no âmbito da Instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Gestão Ambiental da Pró Reitoria de Administração – UFMG	Túlio Vono Siqueira - Diretor

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação encontra-se amparada no art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, pois as atividades que se pretende contratar, ainda que essenciais, são rotineiras, podendo ser realizadas mediante prestação de serviços terceirizados, em conformidade com a legislação pátria.

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada. [...]

Para que o serviço em tela seja contratado e corretamente prestado, são requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o edital.

A textualidade das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas fornecidas pelos modelos de documentos disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU.

As exigências de qualificação técnica e operacional faz-se pelo fato de um serviço especializado, justifica-se em razão da periculosidade dos resíduos a serem coletados, o que demanda cuidado no manejo, coleta, transporte e descontaminação adequada, por representar riscos à saúde pública, devido ao risco de acidentes operacionais e/ou danos ambientais. Sendo a UFMG geradora desse resíduo, é responsável por ele até a sua destinação final, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Contratada deverá ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço. Essa exigência visa garantir que a empresa participante da licitação possui experiência consolidada na execução de contratos semelhantes ao objeto da licitação, reduzindo o risco de problemas na execução do serviço licitado, que pode colocar em risco a saúde pública, e o meio ambiente. As empresas devem apresentar a seguinte documentação para efeito de habilitação técnica:

- Alvará de localização e funcionamento;
- Licença sanitária;
- Licença ambiental de operação;
- Licença de operação para transporte rodoviário de produtos perigosos classe I no estado de Minas Gerais com indicação dos veículos licenciados para empresas sediadas nesta unidade da federação ou no Ibama para transporte interestadual (caso a empresa esteja sediada em outra unidade da federação ou faça o transporte dos resíduos ou rejeitos para fora de Minas Gerais);
- Licença ambiental da empresa responsável pela higienização dos veículos de transporte dos resíduos e dos recipientes /bombonas de armazenamento e transporte dos resíduos.
- Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP no IBAMA, conforme FTE-Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “g”;
- Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA);
- Cadastro no Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR conforme Deliberação Normativa COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019;
- Indicação do responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013;
- Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;
- Para atender aos critérios da qualificação pertinentes à capacidade técnica, a licitante deverá comprovar a prestação de serviços de que demonstrar(em) que a licitante prestou serviços de natureza e vulto compatível(is) com o objeto ora licitado, e que contemple(m) no mínimo o quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do peso de cada item (1, 2, e 4), ou unidade do item 3 do objeto do Termo de Referência, por um prazo mínimo de 12 meses.

Essas exigências visam garantir que a contratada atenda as exigências legais para a prestação do serviço a ser contratado

O Atestado de Capacidade Técnica justifica-se em razão da garantia que a empresa tem experiência nas etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente correta dos resíduos, por representar risco devido possibilidade de acidentes operacionais, e /ou danos ambientais, o que demanda cuidado e experiência no manejo, coleta, transporte, tratamento, e disposição final adequada.

Comprovação que a CONTRATADA possui em seu quadro de funcionários Responsável Técnico habilitado para cumprir integralmente a execução do objeto. O profissional deverá ter formação em nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente. O Responsável Técnico deverá ser credenciado em seu respectivo Conselho Profissional e detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) para execução integral do objeto. A comprovação de vínculo profissional far-se-á mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Ficha de registro de empregado devidamente homologada pelo MT;
- Contrato de prestação de serviços;
- Certidão simplificada da Junta Comercial ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente, para os casos em que o responsável técnico seja sócio da empresa.

- Em caso da destinação de rejeitos à aterros, apresentar licença de operação dos aterros industriais Classe I ou II que serão os destinos finais dos rejeitos perigosos e não perigosos, respectivamente.

Todos os custos com a remuneração dos técnicos, seu deslocamento, alimentação e demais custos envolvidos serão por conta da contratada.

A Contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços executados, dando por eles total garantia.

Os serviços prestados que envolvem a coleta, tratamento e destinação final devem estar de acordo com as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, A RDC 222/2018 ANVISA, e as condições estabelecidas pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da prefeitura de Belo Horizonte - MG, respeitadas as demais normas legais vigentes.

A equipe responsável pela coleta dos resíduos deve ser capacitada e possuir o certificado de condutores de veículos de transporte de produtos perigosos, bem como os veículos devem possuir o certificado de inspeção para o transporte de produtos perigosos.

A empresa contratada deverá obedecer a todas as legislações e práticas de sustentabilidade vigentes durante a vigência do contrato.

Sem prejuízo ao estabelecido neste ETP, quanto aos requisitos de sustentabilidade, e conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª Edição, em caso de utilização de frascos de aerossol nos serviços, a contratada deverá providenciar o recolhimento dos mesmos, originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

Caso haja previsão estadual específica para a logística reversa de frascos de aerossol no Estado em que sediado o órgão assessorado, inserir a norma correspondente.

a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

SE FOR O CASO, NA UTILIZAÇÃO DE ALGUMA SUBSTÂNCIA: “Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem,

destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

O licitante deverá manter todas as licenças ambientais válidas e vigentes, além do cumprimento das respectivas condicionantes também deve ser considerado critério de sustentabilidade.

A empreitada por preço unitário se justifica em virtude da característica do objeto, uma vez que não é possível prever antecipadamente a quantidade de resíduos que será gerada, considerando que são provenientes de atividades de atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, em clínicas e laboratórios da Instituição, que mantem uma dinâmica específica em seu funcionamento.

Tal regime é mais apropriado para este caso em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais do serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.

As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência - TR, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Os preços deverão ser expressos em moeda nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

A proposta deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. O serviço será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

NATUREZA DO SERVIÇO:

A contratação refere-se a **serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, não haverá alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, sendo que a efetiva execução da atividade contratada será realizada, após assinatura do contrato, e emissão da ordem de início.

Os serviços são considerados "bens e serviços comuns" nos termos da alínea, inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2,5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato. Essa exigência da garantia visa garantir que o licitante possui capacidade de cumprir as condições, custos e prazos assumidos na assinatura do contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

O presente contrato terá o prazo inicial de vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado sucessivamente por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133/2021, desde que mantidas as condições de vantajosidade.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Diante do que disciplina a nova Lei, conforme exposto acima, em relação a alteração da regra sobre o prazo nos contratos de execução continuada, a equipe de planejamento decidiu optar por um prazo maior de vigência contratual, considerando as seguintes peculiaridades:

Um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante

- vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade.
- Gerar economicidade, com as reduções do custo processual de cada etapa que inclui desde o planejamento até o contrato, sabido que cada licitação e prorrogação tem um custo financeiro alto para a Administração pública;
- Risco de a contratada optar pela não renovação do contrato, gerando a necessidade de a administração realizar uma nova licitação do porte da que está sendo planejada, com um custo médio de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Considerando se tratar de um contrato continuado, com duração inicial de 5 (cinco) anos, deverá a Administração observar as disposições do art. 106 da Lei 14.133/2021, estabelecendo o controle de vantajosidade e disponibilidade de créditos orçamentários:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

DIRETRIZES AMBIENTAIS

Para fins de regularidade ambiental, toda infraestrutura e atividade sob implementação e/ou operação da Contratada deve atender aos requisitos legais de licenciamentos, autorizações, certificações, registros e outorgas exigíveis nos âmbitos federal, estadual e municipal referentes aos serviços a serem contratados.

É de responsabilidade da Contratada o atendimento das condicionantes ambientais em todas as etapas de licenciamentos sob sua responsabilidade ambiental.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*:

Atendimento aos requisitos e os padrões técnicos da ABNT e Normativas Ambientais Vigentes, em conformidade com a Resolução da ANVISA – RDC 306/04, juntamente com a Resolução nº 358/04 do CONAMA que define a coleta, transporte e destinação final sobre resíduos de serviços de saúde dos GRUPOS A - INFECTANTE, B - QUÍMICO e E – PERFUROCORTANTE, E RESÍDUOS INDUSTRIAIS.

RESOLUÇÃO RDC 222/2018 - Quanto aos resíduos de serviço de saúde (RSS), conforme a RDC nº 222/2018 da ANVISA, os RSS contendo mercúrio (Hg) na forma líquida devem ser acondicionados em recipientes sob selo d'água e encaminhados para recuperação ou para outra destinação que esteja de acordo com as regras definidas pelo órgão ambiental competente.

ABNT 10004/2004 - Os recipientes que armazenam a substância devem estar bem lacrados, em lugar de acesso controlado, manipulados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aplicados ao manuseio de substâncias perigosas e NUNCA devem entrar em contato com a pele, os olhos ou qualquer outra parte do corpo.

A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora no 6 do MTE;

A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

A contratada deverá assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais;

Na definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deverá ser previsto e estimado período adequado, para a orientação e ambientação dos trabalhadores às políticas de responsabilidade socioambiental adotadas na UFMG, durante toda a vigência do contrato;

Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria no 540/2004;

Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

A diretriz de sustentabilidade a ser adotada para esta contratação, no que couber, será referenciada pelo Guia Nacional de Licitações Sustentáveis AGU, versão mais atualizada, não excluindo outras normas e técnicas que melhor se adapte para a execução do objeto contratado.

Para que seja comprovada a destinação final em local adequado, de acordo com as características de cada resíduo, a futura contratada, deverá retornar mensalmente, a 4ª Via do Manifesto de Resíduos, para cada processo de coleta, devidamente preenchidos, assinados e carimbados pelo gerador, transportador e receptor, de acordo com modelo fornecido pelo INEA.

A contratada deverá apresentar Relatório e Plano de Controle Ambiental da coleta, transporte e destinação final de resíduos perigosos.

É de responsabilidade da Contratada o atendimento das condicionantes ambientais em todas as etapas de licenciamentos sob sua responsabilidade ambiental.

Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

- Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;
- Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
- Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

A Contratada em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

- Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
- Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

A Contratada deverá atender aos requisitos das normas abaixo relacionadas, não se restringindo a essas apenas, mas todas que estiverem vinculadas por legislação ambiental vigente e aplicável ao objeto:

- ABNT NBR 7500 – Identificação para transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento e produtos;
- ABNT NBR 7501 – Transporte terrestre de produtos perigosos – Terminologia;
- ABNT NBR 7503 – Transporte terrestre de produtos perigosos - Ficha de emergência e envelope para o transporte - Características, dimensões e preenchimento;
- ABNT NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergência no transporte terrestre de produtos perigosos;
- ABNT NBR 10004 – Resíduos sólidos – Classificação;
- ABNT NBR 10007 – Amostragem de resíduos sólidos;
- ABNT NBR 11175 – Incineração de resíduos sólidos perigosos – Padrões de desempenho – Procedimento;
- ABNT NBR 12235 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento;
- ABNT NBR 12807 – Terminologia para Resíduos de Serviços de Saúde;
- ABNT NBR 12808 – Classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- ABNT NBR 12809 – Resíduos de serviços de saúde – Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde intraestabelecimento;
- ABNT NBR 12810 – Resíduos de serviços de saúde – Gerenciamento extra estabelecimento – Requisitos;
- ABNT NBR 13221 – Transporte terrestre de resíduos;
- ABNT NBR 14095 – Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- ABNT NBR 14619 – Transporte terrestre de produtos perigosos – Incompatibilidade química;
- ABNT NBR 14652 – Implementos rodoviários – Coletor-transportador de resíduos de serviços de saúde – Requisitos de construção e inspeção;
- ABNT NBR 14725-3 – Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente.

Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pela contratante, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 306, de 07/12/2004 – ANVISA, devendo ser observados os seguintes itens:

- os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 7.500 ABNT.
- os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – NBR 12.235.
- a coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT – NBR 12.810 e NBR 14.652.
- as estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.
- a destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar a lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes.

- os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.
- os resíduos pertencentes ao Grupo A1 do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento em equipamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.
- os resíduos pertencentes ao Grupo A2 do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento, de acordo com o porte do animal, que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde, ou para sepultamento em cemitério de animais, quando houver necessidade de fracionamento, este deve ser autorizado previamente pelo órgão de saúde competente.
- os resíduos pertencentes ao Grupo A3 do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, quando não houver requisição pelo paciente ou familiares e/ou não tenham mais valor científico ou legal, devem ser encaminhados para sepultamento em cemitério, desde que haja autorização do órgão competente do Município, do Estado ou do Distrito Federal, ou para tratamento térmico por incineração ou cremação, em equipamento devidamente licenciado para esse fim.
- na impossibilidade de atendimento de tais destinações, o órgão ambiental competente nos Estados, Municípios e Distrito Federal pode aprovar outros processos alternativos de destinação.
- os resíduos pertencentes ao Grupo A5 do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a tratamento específico orientado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.
- os resíduos com contaminação biológica devem seguir as orientações relativas aos resíduos do Grupo A1 e A4.

5. Levantamento de Mercado

Em atendimento aos incisos III do art. 9º da IN SEGES n° 58/2022, o levantamento de mercado realizado para esse Estudo Técnico Preliminar – ETP, descreve as alternativas de soluções possíveis a contratação em análise. E ainda esclarece as justificativas de escolha da solução, inclusive, considerando as possibilidades técnicas e legais de atendimento à necessidade apresentada.

Para os RSS Grupo A e E, subgrupos (A1, A2, A3, A4, e A5) e dos resíduos sólidos industriais perigosos a escolha do tipo de solução a contratar deu-se com base em contratações similares por outros órgãos públicos federais, como exemplo o Processo n° 23104.035576/2023-20, PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.019/2024 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande e CPAR (Paranaíba/MS), Processo: 23086.007806/2024-15, PREGÃO ELETRÔNICO N° 90038/2024 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MG.

Para os resíduos do item 5, do grupo 02 - Coleta, transporte, disposição final dos resíduos sólidos especiais (Manta de revestimento pré-fabricada de elastômero sintético de etileno-propileno-dieno-monômero - EPDM), mencionado no documento SEI n° 3971774 - Formalização da Demanda, a comissão responsável pela elaboração do ETP, recomenda que ele não componha esse processo, que seja mais pertinente compor um outro processo, talvez com resíduos da construção civil.

Após realizar o levantamento de mercado, chegou-se à conclusão que existem duas formas de promover o descarte e tratamento de resíduos, objeto deste estudo:

- a. UFMG realizar o próprio descarte e tratamento
- No entanto, a UFMG não possui mão de obra especializada para realização do objeto a ser contratado, nem equipamentos especiais utilizados para execução do serviço, e por isso a UFMG não possui as licenças exigidas pelos órgãos de fiscalização para execução deste tipo de atividade.
- b. UFMG contratar empresa para realizar a prestação do serviço

- A outra opção é a UFMG contratar uma empresa especializada para execução do serviço.

Atualmente existem no mercado empresas especializadas no gerenciamento e destinação adequada dos resíduos que tratam a Lei 12.305/2010. Tendo em vista o conhecimento e a experiência adquirida por essas empresas, optou-se pela contratação para a correta eliminação dos resíduos de serviço de saúde, gerados na Universidade Federal de Minas Gerais, incluindo o fornecimento de recipientes de acondicionamento (sob comodato) devidamente identificados, para o recolhimento destes resíduos. Sendo assim, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas, foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviço de saúde, e dos resíduos sólidos industriais perigosos, gerados na Universidade Federal de Minas Gerais, incluindo o fornecimento de recipientes de acondicionamento (sob comodato) devidamente identificados, para o recolhimento destes resíduos, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

Na contratação em questão não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

A destinação adequada dos resíduos foi regulamentada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). A UFMG ciente de sua responsabilidade ambiental e sustentabilidade no correto gerenciamento dos resíduos necessita contratar o serviço por não ter meios para realizá-lo. A ausência de tratamento, disposição final adequada dos resíduos pode resultar em graves danos ao meio ambiente, podendo gerar contaminação ambiental.

Logo, a solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço, sem dedicação exclusiva de mão de obra. A vigência contratual inicial será de 5 (cinco) anos, a contar a partir da ordem de início das atividades, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa para prestação de serviço especializado em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde, e dos resíduos sólidos industriais perigosos, gerados nas unidades da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte e região metropolitana de Belo Horizonte, contemplando o fornecimento de recipientes adequados para acondicionamento dos resíduos, a serem substituídos em cada coleta, pelo período de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

Os serviços a serem contratados constam dos seguintes itens:

<p style="text-align: center;">GRUPO A</p> <p style="text-align: center;">RESÍDUOS COM A PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS QUE, POR SUAS CARACTERÍSTICAS, PODEM APRESENTAR RISCO DE INFECÇÃO.</p>	
A1	<p>- Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os medicamentos hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos, atenuados ou inativados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética.</p> <p>- Resíduos resultantes da atividade de ensino e pesquisa ou atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.</p> <p>- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta.</p>

	- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre
A2	- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.
A3	peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.
A4	<p>- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados.</p> <p>- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares.</p> <p>- Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.</p> <p>- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo.</p> <p>- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.</p> <p>- Peças anatômicas (órgãos e tecidos), incluindo a placenta, e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica.</p> <p>- Cadáveres, carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos.</p> <p>- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.</p>
A5	<p>Órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para príons, de casos suspeitos ou confirmados, bem como quaisquer materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, suspeitos ou confirmados, e que tiveram contato com órgãos, tecidos e fluidos de alta infectividade para príons.</p> <p>- Tecidos de alta infectividade para príons são aqueles assim definidos em documentos oficiais pelos órgãos sanitários competentes.</p>

GRUPO E

RESÍDUO COM RISCO BIOLÓGICO
- Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; ponteiros de micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

CLASSE I
RESÍDUOS INDUSTRIAIS - PERIGOSOS
Resíduos que apresentam periculosidade, seja por inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade.
Exemplos: Resíduos químicos, óleos usados, solventes, tintas e baterias. Lâmpadas de vapor de sódio, de mercúrio, luz mista e de LED, vidraria contaminada por produtos químicos , entre outros.
Devido ao seu potencial de causar danos significativos, é imprescindível que sejam tratados e descartados de maneira especial. Isso inclui confinamento, tratamento químico, incineração em instalações apropriadas, e, em alguns casos, neutralização.

Os serviços prestados que envolvem a coleta, o transporte, tratamento, e destinação final ambientalmente adequada devem estar de acordo com as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR-10004/2004, NBR 12235, NBR 12810, NBR 12.810 e NBR 14652 e as condições estabelecidas pelos órgãos ambientais, respeitadas as demais normas legais vigentes.

A equipe responsável pela coleta dos resíduos deve ser capacitada e possuir o certificado de condutores de veículos de transporte de produtos perigosos, bem como os veículos devem possuir o certificado de inspeção para o transporte de produtos perigosos.

O local de prestação dos serviços será:

Unidade	Endereço	Tipo de Resíduos
Unidades de saúde da UFMG Campus Pampulha	AV. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02
Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BHTEC	Rua Professor José Vieira de Mendonça, 770 - Bairro Engenho Nogueira - Belo Horizonte - MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02
Centro de Treinamento Esportivo – CTE	Av. Alfredo Camarate, 617 - São Luiz, Belo Horizonte - MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02 (sob demanda)
Centro Esportivo Universitário - CEU	Av. Coronel Oscar Paschoal, S/N - São José, Belo Horizonte - MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02 (sob demanda)
Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina - Campus Saúde	AV. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia - Belo Horizonte – MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02

Fazenda Experimental Prof. Hélio Barbosa (FEPHB)	R. dos Lários, 1534-1558 - Panorama Industrial, Igarapé - MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02 (sob demanda)
Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo	R. Suzana Passos - Santo Antônio da Barra – Pedro Leopoldo – MG	Resíduos Grupo 01 e Grupo 02 (sob demanda)

A execução do objeto seguirá a dinâmica para cada Item detalhado a seguir:

Grupo 01 - ITEM 1. A quantidade estimada para os resíduos de serviços de saúde (RSS) do Grupo A, subgrupo A1, A2, e A4 (risco biológico), e resíduos do Grupo E (perfurocortantes com risco biológico) é de aproximadamente 30 toneladas (trinta mil quilos) por mês, gerados no Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BHTEC (Rua Professor José Vieira de Mendonça, 770 - Bairro Engenho Nogueira - Belo Horizonte - MG), no Centro de Treinamento Esportivo – CTE (Av. Alfredo Camarate, 617 - São Luiz, Belo Horizonte - MG), Centro Esportivo Universitário – CEU (Av. Coronel Oscar Paschoal, S/N - São José, Belo Horizonte – MG), no Campus Saúde (AV. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia - Belo Horizonte – MG), também nos campi da região metropolitana, Fazenda Experimental Prof. Hélio Barbosa (FEPHB) – R. dos Lários, 1534-1558 - Panorama Industrial, Igarapé - MG, Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo - R. Suzana Passos - Santo Antônio da Barra – Pedro Leopoldo – MG (nas duas fazendas as coletas acontecem sob demanda), conforme condições e exigências constantes nesse instrumento. Os RSS são gerados são gerados em 10 (dez) unidades acadêmicas e 05 (cinco) prestadoras de serviços de saúde, e são armazenados temporariamente em 12 (doze) abrigos externos, 03 (três) em abrigo interno de resíduos, sendo 12 (doze) exclusivos e 04 (quatro) compartilhados com outras unidades dos *campi* da UFMG, e que não possuem outro abrigo externo de resíduos alternativo e compatível com seu volume de geração. Os RSS do grupo A e E (risco biológico) deverão ser acondicionados em bombonas. As 13 (treze) unidades geradoras de RSS, possuem Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), como exigência da seguinte legislação: Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018.

Grupo 01 - ITEM 2. A quantidade estimada para os resíduos de serviços de saúde (RSS) - Grupo A - subgrupo A3 (produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares; A4 (carcaças de animais de pequeno, médio e grande porte), e resíduos do subgrupo A5 é, de aproximadamente, 6 toneladas (seis mil quilos), por mês, gerados na Escola de Veterinária, Hospital Veterinário, Faculdade de Farmácia, Biotério Central, Escola de Educação Física, Fisioterapia, e Terapia Ocupacional, Coltec/Departamento de Química, e Instituto de Ciências Biológicas no campus Pampulha da UFMG, situados na avenida Antônio Carlos, 6627, Bairro Pampulha, no Campus Saúde (AV. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia) - Belo Horizonte - Minas Gerais, também nos campi da região metropolitana, Fazenda Experimental Prof. Hélio Barbosa (FEPHB) – R. dos Lários, 1534-1558 - Panorama Industrial, Igarapé - MG, Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo - R. Suzana Passos - Santo Antônio da Barra – Pedro Leopoldo – MG (nas duas fazendas as coletas acontecem sob demanda) conforme condições e exigências constantes nesse instrumento. Os RSS deste item compostos do subgrupo A4 (carcaças de animais de pequeno, médio e grande porte, armazenados em câmara frigorífica específica). As carcaças de animais de pequeno porte deverão ser acondicionadas em bombonas e as de animais de médio e grande porte como equinos e bovinos serão, ainda no local de geração, desarticulados (retirada de pescoço, cabeça e membros) e eviscerados (retiradas as vísceras), visando redução de seu volume para permitir seu acondicionamento em contenedores. Está descartada a possibilidade de esquartejamento de carcaças inteiras dentro da UFMG devido à inadequação da estrutura física existente e alto risco de contaminação.

Grupo 02 - ITEM 3. A quantidade estimada para os resíduos sólidos industriais perigosos (Lâmpadas de vapor de sódio, de mercúrio, luz mista e de LED), gerados nas Unidades acadêmicas e administrativas da UFMG em Belo Horizonte são de aproximadamente, 1667 unidades (hum mil seiscentas e sessenta e sete), por mês. Essas lâmpadas serão armazenadas pelo contratante em caixas de papelão rígidas e lacradas.

Grupo 02 - ITEM 4. A quantidade dos resíduos sólidos industriais perigosos (vidraria contaminada por produtos químicos de laboratório de ensino e pesquisa), gerados nas Unidades acadêmicas da UFMG em Belo Horizonte são de aproximadamente, 5.000 quilos (cinco mil), por ano, sendo sua coleta realizada de 4 a 5 vezes ao ano. Essa vidraria será armazenada pelo contratante em caixas de papelão rígidas e lacradas.

A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, e deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço, sendo que esse prazo deverá ser o suficiente para possibilitar a preparação do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

Os serviços serão executados conforme descrição detalhada dos métodos ou rotinas e das etapas a serem executadas, discriminados abaixo:

DA COLETA

DA COLETA ITEM 1 – Grupo 01

A CONTRATADA deverá realizar coletas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, dos resíduos de serviços de saúde do subgrupo A1, A2, A4, e E do ITEM 1 nos abrigos externos utilizados pelas seguintes unidades:

1. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional,
2. Faculdade de Odontologia,
3. Escola de Veterinária e Hospital Veterinário,
4. Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador – DAST/Unidade Administrativa II,
5. Instituto de Ciências Biológicas,
6. Biotério Central,
7. Faculdade de Farmácia,
8. Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais - ASSUFEMG/ Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais / Horto,
9. Colégio Técnico / Laboratório de Estudos de Alta Tensão / Departamento de Química,
10. Centro Pedagógico,
11. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
12. CTVacinas – BHTEC,
13. Faculdade de Medicina/ Escola de Enfermagem,
14. Centro de Treinamento Esportivo – CTE,
15. Centro Esportivo Universitário – CEU,
16. Fazenda Experimental Prof. Hélio Barbosa (FEPHB) – Igarapé - MG, Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo – Pedro Leopoldo – MG (nas duas fazendas as coletas acontecem sob demanda).

DA COLETA ITEM 2 – Grupo 01

A CONTRATADA deverá realizar o serviço de coleta dos resíduos do Item 2, sempre às sextas-feiras pela manhã, diretamente no local onde fica a câmara frigorífica que armazena temporariamente esse resíduo, utilizados pelas seguintes unidades:

- 1 - Escola de Educação Física, Fisioterapia, e Terapia Ocupacional,
- 2 - Escola de Veterinária e Hospital Veterinário,
- 3 - Faculdade de Farmácia,
- 4 - Biotério Central,
- 5 - Instituto de Ciências Biológicas (ICB)
- 6 - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
- 7 - Coltec/ Departamento de Química.
- 8 - Faculdade de Medicina/ Escola de Enfermagem,
- 9 - Fazenda Experimental Prof. Hélio Barbosa (FEPHB) – Igarapé - MG, Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo – Pedro Leopoldo – MG (nas duas fazendas as coletas acontecem sob demanda).

DA COLETA ITEM 3 – Grupo 02

O recolhimento de resíduos do item 3 deverá sempre acontecer nos dias e horários estabelecidos pela contratante, para que não interfira no bom andamento da rotina de funcionamento da Unidade, podendo ocorrer de forma mensal ou trimestral, conforme agendamento.

- Departamento de Gestão Ambiental – DGA/UFMG – Sob demanda

DA COLETA ITEM 4 – Grupo 02

O recolhimento de resíduos do item 4 deverá sempre acontecer nos dias e horários estabelecidos pela contratante, para que não interfira no bom andamento da rotina de funcionamento da Unidade, podendo ocorrer de forma bimestral ou trimestral, conforme agendamento.

- Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFMG – Campus Pampulha e Campus Saúde – Sob demanda

ACONDICIONAMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar, via comodato, no mínimo 110 (cento e dez) recipientes ou bombonas de 200 litros, com diâmetro mínimo de 60 cm de largura, fabricadas de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), para acondicionar e transportar os resíduos de serviço de saúde do Item 1 e Item 2. Os recipientes e bombonas deverão possuir sistema de fechamento com tampa rosqueável e que permita perfeito fechamento com lacre, priorizando a segurança no manejo dos resíduos. A CONTRATADA deverá disponibilizar essas bombonas nos abrigos externos de resíduos utilizados pelas 12 (doze) unidades geradoras de RSS no campus Pampulha, e das 02 (duas) unidades geradoras de RSS no campus Saúde de acordo com a quantidade e sempre com antecedência de no mínimo um dia antes da coleta.

Os resíduos do Grupo A, acondicionados em sacos plásticos da cor branca, e do Grupo E, acondicionados em caixas coletoras para material perfurocortantes, serão dispostos, pela CONTRATADA, em recipientes constituídos de material resistente, rígido, estanque, com tampa rosqueada e vedante compatível com o tipo, volume e peso do resíduo armazenado, a ser fornecido pela CONTRATADA, em regime de comodato. Estes recipientes deverão ser identificados conforme a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - RDC nº 222 de 28 de março de 2018.

A Contratada deverá fornecer recipientes para acondicionamento dos resíduos dos grupos “A” e “E”. Todos os coletores deverão ser identificados na parte externa, com logomarca, nome e telefone da Contratada. A identificação dos coletores poderá ser feita com etiquetas adesivas, desde que as mesmas sejam resistentes aos processos de higienização e trocadas sempre que necessário. Esses recipientes deverão ser mantidos em local determinado pela Contratante. Caso haja a necessidade de recolhimento, estes deverão ser substituídos por outros nas mesmas especificações.

Todos os recipientes deverão ser identificados em conformidade com parâmetros referendados na norma ABNT NBR 7500.

A Contratada deverá viabilizar recipientes com identificação para resíduos infectantes.

A Contratada deverá arcar com custos de manutenção dos referidos recipientes, incluindo peças de reposição, insumos de manutenção e de identificação e demais custos envolvidos.

A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando comunicado pela contratante, via comodato, no mínimo 02 (dois) contenedores com capacidade para 1000L com bojo plástico rígido, resistente e estanque, composto por Polietileno de Alta Densidade (PEAD), na cor branca, com quatro rodas giratórias de borracha maciça com centro de polipropileno, sendo duas com freio, com capacidade de volume suficiente para acondicionar e transportar as carcaças de grande porte (equinos e bovinos), do Item 2. Os contenedores deverão possuir sistema de fechamento com tampa e que permita perfeita estanqueidade e fechamento com lacre, priorizando a segurança no manejo dos resíduos. Um contenedor deverá ficar sempre disponível na câmara frigorífica do Hospital Veterinário para acondicionar as carcaças, na medida de sua geração, e no momento da coleta, a CONTRATADA deverá disponibilizar o outro contenedor vazio.

O coletor para transporte e acondicionamento de resíduos do grupo A (resíduo infectante) E (perfurocortante) deve ser de cor branca, identificados com a inscrição de “RESÍDUO INFECTANTE” e símbolo de risco associado constante na NBR 7500/09 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos).

Os resíduos sólidos industriais perigosos - Lâmpadas de vapor de sódio, de mercúrio, luz mista e de LED inteiras ou quebradas, geradas pelas unidades acadêmicas e administrativas da UFMG serão armazenadas temporariamente, no Entrepósito Institucional de Lâmpadas Fluorescentes, e mistas inservíveis no campus Pampulha, conforme Normas e Padrões Técnicos para os procedimentos de substituição, armazenamento e destinação de lâmpadas fluorescentes, e mistas queimadas – Procedimento Operacional Padrão – POP UFMG /PRA/DGA – PGRQ/ML 01/2015. A vidraria contaminada por produtos químicos, ficarão armazenadas em caixas nas Unidades geradoras do Campus Pampulha e Campus Saúde.

A CONTRATADA deverá medir, em quilogramas, os resíduos de serviço de saúde do grupo A e E (item 1 e item 2) a serem coletados, nos pontos de coleta, ou no local de tratamento. A balança para pesagem, e as bombonas serão de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros. A empresa deverá disponibilizar uma balança digital, preferencialmente com geração de tíquete de aferição, com laudo de aferição válido, emitido pelo INMETRO, por órgão ou empresa com credenciamento do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. A medição deverá ser realizada em todas as coletas, tanto do Item 1 quanto do Item 2, e deverá ter sua idoneidade comprovada pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), ou por órgão ou empresa com credenciamento do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, e aferida conforme NBR ISSO/IEC 17.025, sem ônus para a Contratante.

A CONTRATADA deverá medir, em unidades, os resíduos sólidos industriais perigosos do item 3 a serem coletados, no ponto de coleta, na presença dos fiscais do contrato. Emitir um recibo informando o volume de lâmpadas coletados para tratamento.

A CONTRATADA deverá medir, em quilogramas, os resíduos sólidos Industriais e sólidos especiais do Item 4 a ser coletado, nos pontos de coleta, ou no local de disposição final ambientalmente adequado. A balança para pesagem, será de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros. A empresa deverá disponibilizar uma balança digital, preferencialmente com geração de tíquete de aferição, com laudo de aferição válido, emitido pelo INMETRO, por órgão ou empresa com credenciamento do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. A medição deverá ser realizada em todas as coletas do Item 4, e deverá ter sua idoneidade comprovada pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), ou por órgão ou empresa com credenciamento do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, e aferida conforme NBR ISSO/IEC 17.025, sem ônus para a Contratante.

A CONTRATADA deverá dispor de mão de obra própria para as operações de carga e coleta, devidamente equipada com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para cada tipo de resíduo, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018; Normas Regulamentadoras (NR) nº4 Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); NR nº5 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); NR nº6 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e NR nº 7 Exames Médicos; Os motoristas deverão ter o curso MOPP - Movimentação Operacional de Produtos Perigosos.

COLETA E TRANSPORTE EXTERNO

A coleta e transporte externos consistem na remoção dos resíduos de serviços de saúde, e dos resíduos sólidos especiais do abrigo externo até a unidade de tratamento ou outra destinação, ou disposição final ambientalmente adequada, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT, conforme Portaria nº115/2002 - Norma Técnica Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nº 004/2002, a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018 e normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

Os motoristas dos veículos deverão ter certificados dos cursos de Direção Defensiva e de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPE), ou seja, devem apresentar certificação no Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos (CCVTPP).

O veículo que efetuará a coleta e o transporte deverá ser de uso exclusivo para transporte de resíduo, caminhão do tipo baú, fechado, estanque, estar em bom estado de conservação, guardando todas as medidas de higiene e segurança e devidamente identificado. Deve ainda oferecer as condições de segurança necessárias para evitar danos nos recipientes que acondicionam os resíduos, a fim de impedir acidentes, devido ao derramamento de resíduo perigoso. Quando aplicável, deverá estar devidamente licenciado no órgão competente.

A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos resíduos de serviço de saúde, assumindo total responsabilidade pelo transporte interno nos campi da UFMG e pelo acondicionamento dos resíduos após a saída da UFMG, bem como pela segurança de seus próprios empregados.

Obriga-se a CONTRATADA a fornecer à contratante, quando do início da realização do contrato, a relação completa de todos os veículos coletores a serem utilizados para a realização dos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, com a discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo, capacidade volumétrica e de carga útil, tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos dos veículos coletores. Essa relação deverá ser mantida atualizada, sendo substituída, sempre que qualquer alteração for feita na frota efetiva, ou de reserva.

Manter, obrigatoriamente, preposto aceito pela contratante, para representa-lo, durante o período de execução dos serviços /contrato.

A coleta dos resíduos dos grupos “A”, e “E” deverá ser realizada diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, dos resíduos de serviços de saúde do subgrupo A1, A2, A4, e E. Os subgrupos A3 e A5 (sob demanda).

A coleta deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário de 07h30min às 11h30min e das 12h30m às 16h30min, mediante acordo prévio junto a Contratante.

A coleta dos resíduos do grupos “A”, subgrupo A4 – carcaças de animais, deverá ser realizada uma vez por semana, preferencialmente na sexta-feira, exceto feriados, no período da manhã.

O transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá ser realizado em veículos adequados para este tipo de serviço, conforme a NBR 7500 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos), NBR 9735 (Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos), NBR 12810 (Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde), NBR 13221 (Transporte terrestre de resíduos), NBR 14652 (Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde), Resolução n.º 420/04, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, conforme Portaria nº115/2002 - Norma Técnica Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nº 004/2002e suas atualizações.

A CONTRATADA deverá realizar coleta dos resíduos sólidos industriais perigosos - Lâmpadas de vapor de sódio, de mercúrio, luz mista e de LED inteiras ou quebradas, e vidraria contaminada, gerados nos campi da UFMG em Belo Horizonte, nos pontos citados no Item **DA COLETA**. O recolhimento dos resíduos será feito sob demanda, nos locais e horários designados pelo Fiscal Técnico da UFMG, respeitando as quantidades previstas neste ETP, e no TR, de modo a não extrapolar os valores informados.

A empresa contratada deverá medir ou pesar, de acordo com a unidade de medida estabelecida pela Administração. A balança para a pesagem será de propriedade da Contratada, sem ônus para a Contratante.

Os instrumentos de medição deverão estar em bom estado de conservação e funcionando perfeitamente. A Contratada deve garantir a qualidade de metrológica e a rastreabilidade ao Sistema Internacional (SI). Os instrumentos devem ser calibrados periodicamente e os registros das verificações/calibrações deverão ser mantidos pela Contratada. As despesas oriundas das pesagens e medição ficarão a cargo da Contratada, ficando a Contratante isenta de quaisquer pagamentos referente a este serviço.

A Contratante se resguarda no direito de, eventualmente, fazer verificações próprias nos instrumentos de medição e comunicar a Contratada sobre eventuais não conformidades para providências.

A pesagem e coleta deverão ser feitas exclusivamente por empregado (a) da Contratada no local de recolhimento dos resíduos, com a presença de um empregado da Contratante, cabendo aos representantes da Contratante apenas acompanhar e fiscalizar a execução do serviço. Os pesos deverão ser anotados em formulário próprio, que serão assinadas pelo empregado Contratada (coletor do resíduo) e pelo representante da Contratante. A primeira via deverá ser arquivada no serviço na unidade geradora para posterior conferência da fatura de cobrança dos serviços prestados.

O transporte dos rejeitos do tratamento ou gerado diretamente pela Contratante deverá ser efetuado até o local de destinação final, de acordo com os procedimentos de transporte de resíduos perigosos e demais requisitos legais.

A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de cadastro no Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR conforme Deliberação Normativa COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019.

DO TRATAMENTO E DA DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS

Todos os resíduos coletados deverão ter tratamento e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com as suas peculiaridades e a legislação vigente.

A escolha do método de tratamento deve ser compatível com a natureza do resíduo e de acordo com o que preconizam as resoluções ANVISA RDC 222/2018 e CONAMA 358/2005 e demais legislações, compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, objetivando a sua desinfecção e/ou neutralização, podendo ser utilizados processos manuais, mecânicos, físicos, químicos ou biológicos que alterem as características dos resíduos, objetivando a minimização do risco à saúde da população, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador. No contrato atual da UFMG, vem sendo realizado o sistema de autoclavagem para os resíduos do Item 1, e a incineração para os resíduos do Item 2.

Os sistemas para tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005 e a RDC nº 222, de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atingir o nível III de inativação bacteriana, conforme tabela com os níveis de inativação da RDC nº 306/04, para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.

A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá utilizar processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com o nível III de inativação bacteriana, conforme o Apêndice IV da RDC nº 306/04, para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.

Quando após o tratamento, o rejeito for classificado como Classe I, a destinação final deverá ser em aterro industrial de mesma classe devidamente licenciado por órgão ambiental, autorizado e certificado pelas autoridades competentes, de acordo com as legislações vigentes.

A disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde dos grupos A, E, e algum rejeito dos resíduos sólidos industriais perigosos deverá ser feita em aterro sanitário devidamente licenciado, autorizado e certificado pelas autoridades competentes, de acordo com as legislações vigentes.

Exceto para resíduos do subgrupo A3 e A5 da RDC ANVISA 222/2018 e outros resíduos que devem ser, obrigatoriamente, tratados por incineração, outras formas de tratamento e destinação final poderão ser aplicadas, desde que estejam previstas em legislação e estejam autorizadas previamente pelos órgãos ambientais e de saúde competentes.

A destinação final ambientalmente adequada deverá ser atestada por meio do Certificado de Destinação Final – CDF de todos os resíduos coletados, com emissão no Sistema MTR da FEAM, conforme a destinação adequada.

Os resíduos de serviço de saúde do Grupo A e E, e dos sólidos industriais perigosos serão encaminhados pela CONTRATADA para disposição final, sendo esta a responsável por elaborar relatórios de comprovação mensal constando quantitativo com todas as datas e horários que foram realizadas as coletas, assim como os processos intermediários que precederam a disposição final. Caso haja transbordo para armazenamento, este deverá estar licenciado conforme a lei nº 10.534, de 10 de setembro de 2012, que dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, Normativa COMAM nº 72, de 11 de abril de 2012 e outras que vierem a substituí-las.

Para resíduos sólidos industriais perigosos - lâmpadas de vapor de sódio, de mercúrio, luz mista e de LED, a Contratada deverá apresentar no prazo de até 90 dias corridos após a coleta, documento emitido pelo programa de logística reversa com a especificação do resíduo e a indicação do gerador. Não será admitido tratamento e destinação final que não seja a realizada pela logística reversa aprovada em acordo setorial com o Ministério do Meio Ambiente. O tratamento não poderá ser realizado nas dependências da Contratante.

A CONTRATADA deverá manter dados atualizados no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, para emissão posterior do certificado referente as coletas, transporte, tratamento e destinação final adequada, discriminando os quantitativos, em quilogramas, ou em unidades, referentes à disposição em local licenciado, a cada coleta realizada.

A CONTRATADA deverá apresentar laudo de monitoramento semestral de emissão atmosférica pelo(s) equipamento(s) de incineração dos resíduos, se for utilizado esse sistema, cujo laboratório de análise deverá ter selo do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), ou por órgão ou empresa com credenciamento do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, caso seja empregado este método de tratamento.

A CONTRATADA deverá apresentar laudo de classificação das cinzas que restarem dos resíduos incinerados e licença do aterro especial que irá recebê-las de acordo com a classificação de risco comprovada e atualizada, caso este aterro tenha condicionantes, a empresa deverá apresentar documento de cumprimento delas. Se usar o método de tratamento de autoclavagem, apresentar comprovação de tratamento e destinação final.

A CONTRATADA deverá observar as legislações aplicáveis nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como normas de órgãos deliberativos e da UFMG para a execução dos serviços.

DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE

A Contratada deverá manter atualizado e apresentar, quando solicitado pela fiscalização, no mínimo, os seguintes documentos:

- Alvará de localização e funcionamento;
- Licença sanitária;
- Licenciamento pela SLU dos veículos para coleta e o transporte de resíduos serviços de saúde;
- Licença ambiental de operação;

- Licença de operação para transporte rodoviário de produtos perigosos classe I no estado de Minas Gerais com indicação dos veículos licenciados para empresas sediadas nesta unidade da federação ou no Ibama para transporte interestadual, caso a empresa esteja sediada em outra unidade da federação ou faça o transporte dos resíduos ou rejeitos para fora de Minas Gerais;
- Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP no IBAMA;
- Certificado de Registro Cadastral (CRC) e Certificado de Licença de Funcionamento (CLF) da Polícia Federal;
- Contrato vigente para disposição de rejeitos em aterro industrial classe I, comprovantes de destinação final dos rejeitos com respectiva classificação e carta de aceite do aterro;
- Laudo técnico de funcionamento e de avaliação de emissões atmosféricas de fonte fixa, conforme CONAMA 382/2006 e CONAMA 316/2002, quando se aplicado o tratamento por incineração;
- Laudo técnico que comprove a aplicação do nível III de inativação microbiana no tratamento de Resíduos de Serviço de Saúde, conforme referenciado na RDC 222/2018;
- Laudo técnico de classificação dos efluentes conforme CONAMA 357/2005, se aplicável;
- Comprovante de Treinamento e Capacitação dos funcionários envolvidos na coleta, transporte e disposição final dos resíduos (subitem 2.5 da RDC nº 306/2004 – ANVISA).
- Cadastro no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, para emissão posterior do certificado referente a cada coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos incinerados, e dos resíduos autoclavados, e declarar também via MTR para resíduos específicos quando solicitados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos para 5 anos foram estimados com base no volume gerado atualmente de resíduos e projeções futuras com base em informações das coletas realizadas nos últimos 5 anos, conforme Notas fiscais mensais, inseridas no processo SEI 23072.246810/2020-14. Portanto, a prestação do serviço pode ou não atingir os valores estimados.

O quantitativo mensal previsto para a contratação do serviço decorre de cálculo da média da produção histórica dos referidos resíduos em anos anteriores conforme tabela abaixo. Os volumes de resíduos poderão ser proporcionalmente ajustados, conforme haja variação na geração desses resíduos no âmbito das unidades geradoras, acrescido da previsão de aumento da produção dos mesmos.

Ano	Tipo do Resíduo			
	Saúde Item 1	Saúde Item 2	Sólidos Industriais Perigosos Item 3	Sólidos Industriais Perigosos Item 4
2020	302 Ton	42,4 Ton	16.648 Un	2.210 Kg
2021	281 Ton	53,6 Ton	6.500 Un	622 Kg
2022	326 Ton	61,4 Ton	10.000 Un	2070 Kg
2023	263 Ton	60,3 Ton	18.427 Un	3346 Kg
2024	289 Ton	67,5 Ton	16.633 Un	4366 Kg

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.504.823,70

Em consonância com o inciso VI, do art. 9º da IN 58/2022, este capítulo dedica-se à apresentação da estimativa do valor da contratação pretendida, acompanhada dos documentos que tratam os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo.

A análise crítica das pesquisas de preços consta do documento SEI nº 4102019.

O custo estimado para a contratação dos serviços por período de 5 (cinco) anos é na ordem de R\$ **8.504.823,73** (Oito milhões quinhentos e quatro mil oitocentos e vinte três reais setenta e três centavos), respectivamente, tendendo a diminuir mediante o processo licitatório através do pregão eletrônico.

O valor estimado da contratação foi obtido por meio da média para os itens 1 e 3, e pela mediana para os itens 2 e 4 dos valores propostos pela pesquisa de preço do objeto da licitação, que foi realizada seguindo todas as normas e legislação vigente combinando pesquisa no Painel de Preço e cotação com fornecedores do serviço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A teor do inciso V do art. 40 da Lei 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que viável, o princípio do parcelamento do objeto. O qual pode ser formal ou material. Porém, o cumprimento de tal princípio deve ser orientado, basicamente, em três fatos distintos: natureza do objeto, economicidade e gestão do objeto.

A licitação deve ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Destaca-se que tal regra comporta exceções. Segundo a súmula nº 247 é possível o agrupamento dos itens desde que haja justificativa técnica ou econômica, unicidade do objeto, inviabilidade operacional e dificuldade de se atribuir futuras responsabilidades, perda da economia de escala ou aumento no custo final.

A formação do grupo 01 com dois itens, deve-se ao fato de que quanto maior o volume de resíduos de serviço de saúde, maior a chance de menor preço (ganho de escala), além de não ser possível que um dos itens fique deserto, visto a justificativa de serviço de alto risco, cuja paralisação pode causar graves riscos à saúde pública, ao trabalhador e ao meio ambiente e pode impactar nas atividades geradoras desses resíduos na UFMG.

A formação do grupo 02, também com dois itens, deve-se ao fato de que quanto maior o volume de resíduos sólidos industriais perigosos, maior a chance de menor preço (ganho de escala), além de não ser possível que um dos itens fique deserto, visto a justificativa de serviço de alto risco, cuja paralisação pode causar graves riscos à saúde pública, ao trabalhador e ao meio ambiente e pode impactar nas atividades geradoras desses resíduos na UFMG.

Caso houvesse a formação de mais grupos, os dois itens que compõem cada objeto dos grupos poderiam ser atendidos por empresas distintas, isso causaria grande dificuldade de fiscalizar e gerenciar três ou mais empresas diferentes atuando, nos mesmos abrigos de resíduos. Dessa forma, o atendimento aos itens 1, e 2, do Grupo 01 devem ser prestados pela mesma empresa, não sendo admitido o parcelamento da solução entre esses dois itens. Assim, como também os itens 3, e 4, do Grupo 02 devem ser prestados pela mesma empresa, não sendo admitido o parcelamento da solução entre esses dois itens.

Justifica-se o agrupamento dos itens, conforme abaixo:

Assim sendo, a formação dos grupos baseou-se na junção de itens intrinsecamente relacionados, dadas as características dos objetos, bem como as peculiaridades que envolvem a contratação, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

O contrato vigente para os resíduos do Grupo 01 tem nos mostrado o quanto é importante que uma única empresa seja responsável por prestar esse serviço de mesma natureza. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

Caso não houvesse a formação dos grupos 01 e 02, com os quatro itens divididos entre os dois grupos, estes itens poderiam ser atendidos por empresas distintas, isso causaria grande dificuldade em fiscalizar e gerenciar empresas diferentes atuando na prestação de serviços de mesmo grupo de risco. Dessa forma, o atendimento aos dois itens do grupo 01 do objeto deve ser

prestado pela mesma empresa. Como também os dois itens do grupo 02, devem ser prestados pela mesma empresa. No entanto, é permitido que a mesma empresa pode prestar o serviço dos dois grupos. Ficando admitido o parcelamento da solução em dois grupos.

Caso a Administração optasse pelo parcelamento da solução em quatro grupos, a contratação de múltiplas empresas para executar os serviços dos itens similares, poderá gerar conflitos de responsabilidades decorrentes dos vários contratos que seriam firmados. Sendo assim, diante de incertezas ou problemas, poderá haver dúvidas sobre a quem compete à resolução de problemas. Além do mais, qualquer assincronismo na execução contratual implicaria em atrasos na implementação da solução.

Ademais, mostrar-se-ia antieconômico e por demais elevado o custo de mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração.

Ademais as coletas realizadas num número menor de contratos, diminui a quantidade de procedimentos de gestão e fiscalização contratual, e consequentemente os custos administrativos de um serviço que será realizado pelo mesmo tipo de empresa não justificando contratos distintos.

Conclui-se que, diante das peculiaridades do objeto a ser licitado, que a aglutinação em 02 (dois grupos), após minuciosa análise, é a menor, melhor e mais adequada forma de parcelamento possível do objeto, diante dos Princípios de Economicidade e de Competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Confirmo o alinhamento entre a contratação e o Planejamento do Departamento de Gestão Ambiental da Pró Reitoria de Administração – DGA/PRA/UFMG, devidamente identificado na Previsão Anual de Contratações (PGC) tanto para o ano 2025 por se tratar da prestação de serviço que não pode ser interrompida. A presente licitação também se encontra alinhada com o Plano Diretor Institucional – PDI, com o Plano Geral de Contratações – PGC, enquanto que o Plano Diretor de Logística Sustentável este ainda não foi elaborado pela Instituição;

11.2. Dados da contratação no PCA:

11.2.1. ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000026/2025

11.2.2. Data de publicação no PNCP: 09/05/2024

11.2.3. ID do item no PCA: 334

11.2.4. Classe/grupo: 942

11.2.5. Identificador da futura contratação: 153254-76/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A necessidade de terceirização dos referidos serviços deve-se a busca do correto gerenciamento de resíduos gerados e ao atendimento das exigências da legislação ambiental e de segurança vigentes. A destinação final correta desses resíduos é de grande importância para a preservação do meio ambiente e saúde pública.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de contratação que acontece frequentemente para a manutenção das atividades meio e fim da UFMG, não se faz necessária nenhuma adequação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais negativos relacionados à presente contratação. Ao contrário, os impactos existentes são positivos, uma vez que o próprio objeto da licitação visa atender critérios de sustentabilidade, tendo como objetivo promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviço de saúde e dos resíduos sólidos industriais perigosos, gerados no âmbito do funcionamento da Universidade Federal de Minas Gerais, evitando danos irreversíveis ao meio ambiente, em atendimento à legislação ambiental vigente no Brasil, tais como as Leis Federais nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e demais orientações e normas técnicas pertinentes.

A presente contratação visa justamente dar a destinação correta e ecologicamente aos resíduos, e assim contribuir para a preservação do meio ambiente, manter um ambiente de trabalho agradável e propício a um bom desempenho profissional e saúde da comunidade acadêmica.

Os impactos ambientais podem se referir às emissões atmosféricas pelos veículos de coleta e da usina de tratamento do resíduo, e por essa razão, foram incluídos como requisitos da contratação, em relação aos critérios ambientais e práticas de sustentabilidade, que abrangem o seguinte:

- O licitante deverá manter todas as licenças ambientais válidas e vigentes, além do cumprimento das respectivas condicionantes.
- Deverão ser adotadas pela CONTRATADA as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações da UFMG que versem sobre a matéria.

Ademais, foi observado o seguinte critério de sustentabilidade:

- A Administração optou por metodologia que gera menores impactos ambientais, e que promova a reciclagem dos componentes descontaminados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita para a Universidade Federal de Minas Gerais mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, conforme justificativa de contratação exposta anteriormente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Membro da Comissão de elaboração Processo de contratação.

TULIO VONO SIQUEIRA

Diretor



Assinou eletronicamente em 31/07/2025 às 11:09:29.

Despacho: Membro da Comissão de elaboração do Processo de Contratação.

KATIA NOGUEIRA BOTELHO

Assistente Administrativo

Despacho: Membro da Comissão de elaboração do Processo de Contratação.

RICARDO AUGUSTO DE JESUS SALES

Técnico em Enfermagem



Assinou eletronicamente em 31/07/2025 às 08:37:33.